



PODER

STF julga núcleo que abria caminho do golpe

Grupo era o responsável pela “neutralização” de autoridades e por colocar a Polícia Rodoviária Federal a serviço de Bolsonaro, no 2º turno da corrida presidencial, para prejudicar o deslocamento de eleitores de Lula. Também articulou a “minuta golpista”

» IAGO MAC CORD
» FÁBIO GRECCHI

O Supremo Tribunal Federal começa a julgar, hoje, o Núcleo Dois da ação penal sobre a tentativa de golpe de Estado depois das eleições presidenciais de 2022. Os seis integrantes desse grupo (veja quem são no quadro abaixo) são acusados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) de ser o “motor operacional” da tentativa de ruptura institucional. Eles seriam os responsáveis pela chamada “minuta do golpe”, pela proposta de “neutralização” (monitoramento e planos de violência/morte) de autoridades e pela articulação para uso da Polícia Rodoviária Federal (PRF) para dificultar o voto de eleitores em locais onde a maior parte do eleitorado apoiaria nas urnas o hoje presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Com o fim do julgamento do Núcleo Dois, faltará o Núcleo Cinco, que inclui o empresário Paulo Figueiredo, que mora nos Estados Unidos e vinha atuando ao lado do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) para que o governo do presidente Donald Trump impusesse sanções econômicas ao Brasil e medidas restritivas a autoridades brasileiras. Ele foi denunciado pela PGR como integrante do núcleo 5, que divulgou a carta redigida por militares para pressionar o Alto Comando do Exército a aderir ao golpe. Figueredo publicou o documento na participação que tinha na programação da rádio Jovem Pan. As sessões estão previstas para hoje, amanhã, 16 e 17 de dezembro na Primeira Turma do Supremo, temporariamente composta de somente quatro ministros. Por causa exatamente disso, a defesa do réu Filipe Martins, ex-assessor internacional da Presidência

da República no governo Bolsonaro, protocolou, ontem, uma solicitação para que o ministro Luiz Fux participasse do julgamento — o que foi negado pelo ministro-reator Alexandre de Moraes, ao considerar que tal pedido era “meramente protelatório”. “O julgamento da presente ação penal por quatro ministros da Primeira Turma não implica em qualquer violação aos princípios do juiz natural e da colegialidade, estando em ampla observância aos princípios constitucionais, ao Regimento Interno desta Suprema Corte e às normas processuais”, frisou Moraes. Fux transferiu-se para a Segunda Turma da Corte depois de ter sido voto vencido na análise das acusações contra os integrantes do Núcleo 1 da trama golpista, no qual estava incluído o ex-presidente Jair Bolsonaro. Ele foi o único a votar por inocentar o ex-presidente e

ficou isolado junto aos demais integrantes do colegiado. Na argumentação dos advogados Jeffrey Chiquini e Ricardo Scheiffer, a solicitação é porque consideram que Fux é o único que, ao julgar os núcleos 1 e 4, votou pela absolvição da maioria dos réus. A exclusão do ministro, segundo os defensores, alteraria “em desfavor do réu” o equilíbrio natural do colegiado e prejudicaria a coerência dos julgamentos de fatos idênticos. De acordo com a defesa de Martins, o pedido visava assegurar que o julgamento respeitasse as garantias constitucionais e ocorresse perante o que consideram como “colegiado competente”. “A definição da composição do órgão julgador é uma questão antecedente lógica ao próprio exercício da jurisdição e o STF precisa decidir essa matéria antes de continuar o julgamento de mérito”, frisaram os advogados. As alegações não convenceram Moraes.

Na solicitação, Chiquini e Scheiffer solicitaram que a composição do colegiado não fosse decidido monocraticamente por Moraes; que a turma deliberasse previamente sobre a composição; que fosse reconhecida a vinculação de Fux ao julgamento; que se assegurasse o direito ao réu de ser julgado pela mesma composição que apreciou os núcleos 1 e 4; e que o julgamento fosse adiado, caso necessário, até que a turma decidisse definitivamente a questão da composição. Argumentaram, ainda, que Fux estava obrigatoriamente vinculado ao julgamento.

Mentor intelectual

Martins é apontado como o mentor intelectual e redator do decreto que instauraria o golpe e as medidas de exceção — a “minuta do golpe”. Ele é acusado de ter se reunido com Bolsonaro para

discutir o documento que, segundo as investigações, previa a prisão de ministros do STF — como Moraes e o decano Gilmar Mendes. No depoimento que prestou ao STF, o próprio ex-presidente reconheceu que se reuniu com Filipe Martins, que estava “com um advogado que foi levar estudo sobre o artigo 142 e uma minuta de decreto com considerandos”. No período que precedeu o período eleitoral, os bolsonaristas passaram a defender numa interpretação difuldida pelo jurista Ives Gandra Martins de que o artigo 142 da Constituição possibilitaria às Forças Armadas atuar como uma espécie de “moderadora”, com a possibilidade de realizar uma espécie de “intervenção constitucional militar” para arbitrar conflitos ou crises entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ou para “restabelecer a ordem” no país.

Os integrantes e as acusações

Rinaldo Morelli/CLDF



Fernando de Sousa Oliveira

Delegado da Polícia Federal, é acusado pela PGR afirma de um “descumprimento deliberado do dever” de prevenir os atos de depredação e violência, ocorridos na invasão das sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023. Segundo seus advogados, ele não teve envolvimento direto nos atos dos bolsonaristas naquele domingo nem os incentivou ou apoiou. Ele era o número dois na Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal e, de acordo com seus defensores, instalou um gabinete de crise e agiu ao lado do interventor federal, Ricardo Cappelli.

Dammer Martins/MRE



Filipe Garcia Martins Pereira

Ex-assessor internacional da Presidência no governo Bolsonaro, é apontado como um dos personagens mais ideológicos do núcleo próximo do ex-presidente. Teria, ainda, envolvimento direto com o chamado “gabinete do ódio”, grupo que atuava nas redes sociais difundindo mentiras e desinformações contra adversários do governo e do ex-presidente. Seu envolvimento na trama golpista é porque apresentou a Bolsonaro a “minuta do golpe”, cujas cópias foram encontradas com outros integrantes do governo — como o ex-ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres.

Redes sociais



Marcelo Costa Câmara

Coronel da reserva do Exército e ex-assessor da Presidência, é acusado de ter promovido um monitoramento contínuo do ministro Alexandre de Moraes, repassando sua agenda e deslocamentos para os planejadores do golpe. Mas, em junho passado, teve a prisão preventiva decretada por tentativa de obstrução da investigação — tentou obter informações sigilosas sobre a delação premiada do tenente-coronel do Exército Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro e delator do esquema golpista.

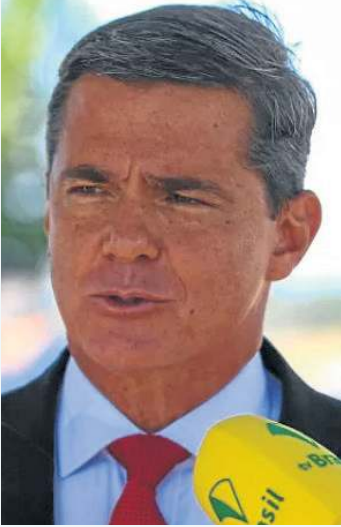
Divulgação/CLDF



Marília Ferreira de Alencar

Delegada federal e ex-diretora de Inteligência da PF, é acusada de ter solicitado a elaboração de um relatório que identificava as cidades onde o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva teve votação expressiva (e Jair Bolsonaro foi derrotado) no primeiro turno de 2022, com foco no Nordeste. A PGR alega que o documento teria sido usado para subsidiar e coordenar o emprego da Polícia Rodoviária Federal para dificultar o trânsito de eleitores, buscando “sustentar a permanência ilegítima absoluta do Senado para abertura do processo.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Mário Fernandes

General da reserva do Exército, admitiu ser o autor do “Plano Punhal Verde e Amarelo” — ou “Operação 142”. O documento previa a “neutralização” (monitoramento e, em última instância, violência ou assassinato) de altas autoridades da República que eram consideradas obstáculos ao golpe. Entre os alvos estariam o hoje presidente Lula, o vice-presidente Geraldo Alckmin e o ministro Alexandre de Moraes.

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Silvinei Vasques

Ex-diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal, é acusado de ter articulado a atuação da corporação para dificultar o voto de eleitores em áreas onde o então candidato Lula obteve votação expressiva no primeiro turno, sobretudo no Nordeste. A investigação aponta que ele teria emitido ordens ilegais a seus subordinados, no dia do segundo turno do pleito presidencial, para que fizessem blitzes para dificultar ou impedir o livre trânsito de eleitores.

Karlos Geromy/O Imparcial/D.A Press



Relatório de Weverton é o primeiro item de discussão na CCJ do Senado

Senador apresenta atualização de lei

» WAL LIMA

O senador Weverton Rocha (PDT-MA) apresenta, hoje, relatório do Projeto de Lei 1.388/23, que atualiza a Lei do Impeachment. O texto deverá prever quórum de dois terços para autorizar a abertura de processos contra ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), além de conceder prazo de 15 dias para manifestação dos presidentes da Câmara e do Senado sobre solicitações de impedimento. Além disso, deve propor critérios mais objetivos sobre quem pode apresentar as denúncias — como partidos com representação no Congresso, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), entidades de classe e cidadãos, por meio de iniciativa popular subscrita por 1% do eleitorado.

A proposta é o primeiro item da pauta da reunião de amanhã da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Na Câmara dos Deputados, um substitutivo semelhante foi protocolado pela bancada do Novo, com o objetivo de reagir diretamente à decisão do ministro Gilmar Mendes, da semana passada, que dificultou as regras para o pedido de impeachment de integrantes do STF. O texto mantém a possibilidade de qualquer cidadão apresentar pedidos de impedimento e propõe quórum de maioria absoluta do Senado para abertura do processo.

Choque de poderes

Já o STF começa a julgar, na sexta-feira, a liminar concedida por Gilmar Mendes que altera as regras para pedidos de

impeachment de ministros da Corte. A análise será no plenário virtual e vai até 19 de dezembro. A decisão do decano abriu uma crise entre o Legislativo e o Judiciário, a ponto de o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), classificar a decisão como preocupante e afirmar que revogou dispositivos legais que só poderiam ser modificados por meio de deliberação parlamentar. “Esta Presidência recebe, com preocupação, o conteúdo da decisão monocrática. Se é verdade que esta Casa nutre profundo respeito institucional ao STF, também é que haja reciprocidade efetiva e respeito do Judiciário ao Poder Legislativo”, disse Alcolumbre, na ocasião. O senador reiterou que a Lei 1.079, a Lei do Impeachment, permite que qualquer

cidadão apresente pedidos de impedimento de autoridades e que eventual uso excessivo do instrumento “não autoriza sua eliminação por decisão judicial”. A manifestação do STF ocorre no âmbito das Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPFs) 1.259 e 1.260, publicadas em 3 de dezembro. Na decisão, Gilmar restringiu o processo de apresentação de denúncias contra ministros do Supremo somente ao procurador-geral da República, além de elevar o quórum para abertura de processo no Senado de maioria simples para dois terços dos votos. O decano justificou a medida ao sustentar que “o impeachment infundado de ministros se insere no contexto de enfraquecimento do Estado de Direito”.